

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. MANDETTA)

Altera a legislação do Imposto de Renda para estender a isenção prevista no art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, aos ganhos de capital quando aplicado o produto da venda do imóvel no abatimento ou quitação de financiamento de imóvel residencial localizado no País, adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a legislação do Imposto de Renda para estender a isenção prevista no art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, aos ganhos de capital em que o alienante aplique o produto da venda do imóvel no abatimento ou quitação de financiamento de imóvel residencial localizado no País pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Art. 2º A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 39-A. A isenção prevista no art. 39 desta Lei aplica-se aos casos em que o alienante, no prazo de 90 (noventa) dias contado da celebração do contrato de venda do imóvel, aplique o produto da venda no abatimento ou quitação de financiamento de imóvel residencial localizado no País, adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, também chamada de “Lei do Bem”, trouxe significativos avanços para a legislação tributária. Dentre os vários benefícios fiscais concedidos, destaca-se a isenção do imposto de renda sobre o ganho de capital na alienação de imóvel quando o contribuinte adquire em 180 dias uma nova residência com o produto da venda.

A presente proposição busca estender esse incentivo fiscal para os casos em que o contribuinte empregue o produto da venda no abatimento ou quitação de financiamento de imóvel residencial em 90 dias, prazo menos amplo do que o benefício original, afinal esse tipo de operação financeira demanda menos tempo do que a aquisição de um imóvel novo.

Na prática, a extensão do incentivo fiscal movimentará o mercado imobiliário, pois os recursos liberados pelo abatimento ou quitação do financiamento serão empregados na construção e venda de novos imóveis, gerando emprego e renda num momento em que a economia vem mostrando sinais inequívocos de fraqueza.

Entendemos que esta nossa iniciativa é justificada pelas razões acima expostas, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres Pares do Congresso Nacional para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 2015.

Deputado MANDETTA